



Assembleia Municipal de Sesimbra

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA,  
REALIZADA NO DIA 15 DE NOVEMBRO DE 2013**

-----Aos quinze dias do mês de novembro de 2013, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeira e Segundo Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----1. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para delegado ao Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----

-----2. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Assembleia Distrital de Setúbal;-----

-----3. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Sesimbra; -----

-----4. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Freguesias, no Conselho Municipal de Educação; -----

-----5. Eleição de um Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal;-----

-----6. Indicação de um elemento a integrar a Comissão Municipal de Sesimbra – instalação e modificação de estabelecimentos de comércio (Lei n.º 12/2004, de 30 de março); -----

-----7. Designação de 4 cidadãos eleitores para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens;-----

-----8. Eleição de representante para integrar a Comissão Municipal de Trânsito e Transportes; -----

-----9. Eleição de um representante no Conselho Consultivo do Observatório da Água – AMRS; -----

-----10. Revisão do PDM de Sesimbra – Conselho Consultivo Municipal – eleição do representante da Assembleia Municipal;-----

-----11. Designação do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Sesimbra;-----

-----12. Constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal;-----

-----13. Eleição dos Coordenadores das Comissões Permanentes;-----

-----14. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – fixação da taxa a aplicar em 2013, a cobrar em 2014; -- -----

-----15. Lançamento de derrama sobre a Coleta do IRC de 2013, para o ano de 2014;-----

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----16. **Empréstimo no âmbito do Banco Europeu de Investimento até ao montante de 1.001.365,10€, a efetuar através do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR) destinado ao Saneamento da Freguesia do Castelo;**-----

-----17. **Contratação de pessoal não docente.** -----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

-----Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, Nuno José Almeida Nabais Antunes, Rui João Graça Rodrigues, Alain Monteiro Grenho, Carmen Dolores Mártires Marcelino, Tiago José dos Santos Silva Aragão, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria José da Cruz Vieira Borges; -----

-----Pelo Grupo Municipal do PS - Manuel José Cardoso Alves Pereira, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Ana Paula Gato Rodrigues Polido Rodrigues, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos e Manuel Barros Cardoso; -----

-----Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP - Joaquim José Mendes Dias e José Manuel Lobo da Silva;

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE - José António Melo Nunes Guerra;-----

-----Verificou-se ainda a presença do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vitor Ribeiro Antunes; da substituta do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Sara Raquel Marques Almeida Pereira e da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida de Almeida Cruz Narciso. -----

-----Faltaram os Deputados Francisco Manuel Soares Cordeiro e Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro, do Grupo Municipal da CDU, que justificaram as suas ausências. -----

-----Comprovada a existência de quórum, vinte e duas presenças e duas ausências, a **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião eram vinte e duas horas e oito minutos. -----

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS) Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, da Vice-Presidente Felícia Maria Cavaleiro da Costa e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Claudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata e Francisco José Pereira Luís. -----

-----**Presidente da Assembleia Municipal** referiu depois que o Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus, por motivo de estar reunido no âmbito da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), era substituído por Sara Raquel Marques Almeida Pereira. -----

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Também a Deputada Joana Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos, do Grupo Municipal do PS, havia solicitado a sua substituição na presente reunião, por motivos de ordem profissional, sendo substituída pelo Deputado Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos, o qual, por se tratar da primeira vez que estava presente nesta Assembleia, foi verificada a legitimidade e a respetiva identidade como eleito, tendo a Presidente da Assembleia Municipal declarado investido nas suas funções de Deputado da Assembleia Municipal, desejando felicidades no desempenho do cargo. -----

-----Cumprimentou de seguida, em seu nome pessoal e no da mesa da AMS todos os presentes. Era uma saudação muito especial uma vez que era a primeira sessão do mandato -----

-----Desejou à CMS os votos de um bom trabalho a bem do Concelho e dos seus munícipes.-----

-----Cumprimentou os colegas Deputados e Deputadas agradecendo o voto de confiança que haviam depositado ao elegerem-na como Presidente, o qual faria por merecer, contudo gostaria de sublinhar que estaria sempre disponível para aceitar as correções que os Deputados entendessem que deviam ser feitas a bem do funcionamento da AMS, porque de facto o que devia caracterizar o conhecimento devia ser a humildade em aprender, e na Assembleia Municipal estavam todos nessa condição.-----

-----Cumprimentou em seguida os serviços de apoio. Estava-se a iniciar um novo ciclo de trabalho e gostaria de desejar um bom trabalho, critico, criativo e responsável como tinha sido feito até hoje, já sublinhado por todos.-----

-----Cumprimentou os munícipes presentes e fez votos que continuassem a comparecer nas sessões da AMS.-----

-----Deixou depois um voto de boas vindas e de um bom trabalho à Vereadora Claudia Mata que estava presente pela primeira vez nesse papel, bem como aos Deputados e Deputadas que pertenciam à AMS pela primeira vez. -----

-----Fez depois uma saudação especial ao colega e “mestre”, Deputado Miguel Alarcão Bastos, com quem tivera o prazer de participar quando há uns anos, ele era presidente da Mesa da AMS e ela estava como secretária. Era saudável perceber que estar ao serviço da população e participar nos órgãos autárquicos com sentido de responsabilidade tornava-os maiores porque era tão importante ser presidente como estar noutra cargo que se desempenhava a favor do Poder Local. Portanto agradecia ao Deputado Miguel Bastos o trabalho desenvolvido e desejava-lhe um bom trabalho nas atuais funções de eleito. - -----

-----Prosseguiu os trabalhos informando que de acordo com o Estatuto dos Eleitos Locais, aprovado pela Lei 29/87, de 30 de junho, alterada e republicada pela Lei 52-A/2005, de 10 de outubro, era referido

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

o seguinte no seu artigo 3- Exclusividade e incompatibilidades:-----

-----1— *Os presidentes e vereadores de câmaras municipais, mesmo em regime de permanência, podem exercer outras atividades, devendo comunicá-las, quando de exercício continuado, quanto à sua natureza e identificação, ao Tribunal Constitucional e à assembleia municipal, na primeira reunião desta a seguir ao início do mandato ou previamente à entrada em funções nas atividades não autárquicas.*-----

-----Assim sendo, devia ser dado conhecimento público das duas Declarações, apresentadas pelos Vereadores José Polido e Sérgio Marcelino, os quais a seguir se transcrevem pela respetiva ordem: -----

-----“*Declaração de Incompatibilidades.* -----

-----*Venho por este meio informar a Assembleia Municipal de Sesimbra, de acordo com os estatutos dos eleitos locais, de que sou sócio das seguintes Sociedades: -----*

-----*José Pinhal Polido & Filhos, Lda., detendo uma quota de 20%. -----*

-----*Santiago & Polido – Contabilidade e Gestão de Empresas, Lda., detendo uma quota de 10%. -----*

-----*José Polido & Raul Gaspar, Lda., detendo uma quota de 50%.-----*

-----*Mais declaro que não recebo qualquer remuneração das referidas sociedades, bem como as mesmas não prestam qualquer serviço ou vendem qualquer produto à Câmara Municipal de Sesimbra.” -*

-----Prosseguiu com a Declaração do Vereador Sérgio Marcelino: -----

-----“*Eu Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Engenheiro Eletrotécnico, residente na Rua Luís de Camões, nº 18 – 2925-181 Azeitão, portador do B.I. nº 6965717, emitido pelo Arquivo de Identificação de Setúbal em 31/03/2008, contribuinte nº 177676469, venho pôr este meio comunicar a V. Exa., que sou sócio da Firma Sérgio Marcelino, Engenharia Unipessoal, Lda., contribuinte nº 5044637756, sendo detentor da dita sociedade, sendo gerida por mim desde a sua criação, à data de 07 de Maio de 1999.” -----*

-----Prossequindo os trabalhos informou que a sessão era composta por três períodos: -----

-----Período de antes da ordem do dia; Período de intervenção aberta aos cidadãos e Período da ordem de trabalhos.-----

----- Relativamente a este último Período, a Presidente lembrou que era composto por 17 pontos e tendo esta situação sido apreciada ao nível da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais e ouvido o Presidente da CMS seria submetida a votação, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, a interrupção dos trabalhos da sessão após a deliberação do ponto 13 da Ordem de Trabalhos e prosseguir a deliberação dos restantes pontos na 2.ª reunião a realizar no dia 28 de novembro de 2013, no mesmo local com início às 21h00. -----

-----Submetida a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Lembrou os presentes que como tinha sido tomada uma deliberação da AMS, não seria emitida convocatória para a segunda reunião, considerando desde já, todos os Deputados convocados assim como a CMS. -----

-----Informou depois que a listagem do expediente recebido pela Assembleia Municipal desde a tomada de posse da AMS fora colocada na Plataforma Documental da AMS, PAMS perguntando ao Plenário se desejava algum esclarecimento adicional. -----

-----O **Deputado Manuel José Pereira** solicitando a palavra, começou por apresentar em seu nome pessoal e no do Grupo Municipal do PS, saudações a todos os presentes. Relativamente à listagem do expediente disse que gostaria de agradecer às entidades que remeteram saudações à nova assembleia municipal, nomeadamente, o Grupo Desportivo de Sesimbra, a Sesimbra FM, a SIMARSUL, a Câmara Municipal de Almada, a Associação da Cotovia, o Centro de Estudos Raio de Luz e a APSS.-----

-----Disse depois que na sua opinião os Deputados, ou pelo menos a Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, deviam ser informados dos convites que a AMS ou a sua Presidente recebiam na data da sua receção, para festejos de aniversários de coletividades, como eram os casos do CASCUZ, ACRUTZ e Centro Comunitário da Quinta do Conde, dos quais só tivera conhecimento quando recebera a listagem do expediente. -----

-----Solicitou ainda que lhe fosse facultada a resposta da CMS ao Externato Santa Joana. -----

-----**A Presidente da AMS** esclareceu que as entidades que haviam remetido cumprimentos haviam recebido agradecimento da sua parte mas se assim fosse entendimento da AMS poderia fazer um agradecimento reforçado salientando que a AMS, reunida em 15 de novembro, expressava o seu agradecimento a todos os que haviam dirigido votos de bom trabalho para o novo mandato. -----

-----No que respeitava aos convites de comemoração de aniversários das coletividades a Presidente respondeu que existiam dois tipos de convites, quando eram extensivos aos Deputados ou à Comissão de Líderes, eles eram de imediato reencaminhados via correio institucional, quando eram dirigidos à Presidente da Mesa não eram reencaminhados. -----

-----Relativamente à resposta da CMS ao Externato Santa Joana seria dado conhecimento ao Sr. Deputado. -----

-----Usou de seguida da palavra o **Deputado Miguel Bastos** que apresentou uma breve saudação e agradecimento pelas amáveis palavras da Presidente da AMS. Entre o seu mandato de presidente e o presente apenas haviam passado 31 anos. Falar sobre eles seria praticamente falar sobre a história do Poder Autárquico neste Concelho, o qual muito os honrava nomeadamente alguns eleitos que estavam

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

hoje na sala, e que há várias dezenas de anos andavam nestas lides. Agradecia as amáveis palavras que muito o haviam sensibilizado, e manifestava o seu desejo e empenhamento que ao longo do trabalho desta AMS ele pudesse contribuir, mais uma vez, para dignificar o órgão, lembrando a todos que a vida era curta e a fama efémera e era mais importante o trabalho que se desenvolvia com honestidade e competência neste órgão do que todos os outros *fait divers* da vida. -----

-----Gostaria igualmente de saudar o secretariado da Assembleia que já os habituara a um excelente trabalho sendo funcionárias por quem nutria uma grande amizade. Agradeceu também o empenhamento que todos os órgãos autárquicos tinham na vida da AMS, nomeadamente a CMS e as Juntas de Freguesia e desejava-lhes os melhores sucessos no desenvolvimento do seu trabalho.-----

-----**A Presidente da AMS** agradeceu e devolveu os agradecimentos e o compromisso de continuar o trabalho que vinha desenvolvendo.-----

-----Informou de seguida que o Congresso da ANMP decorreria no próximo dia 23 em Santarém e após a sua realização daria conhecimento a todos os Deputados, das conclusões apuradas. Também seria dada a conhecer a senha de acesso à área reservada dos municípios para os Deputados poderem aceder aos documentos que iriam ser apreciados no Congresso.-----

-----Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia a Presidente da AMS lembrou que tinham dado entrada 3 documentos:-----

-----Documento n.º 1 - Recomendação dos Grupos Municipais do PS, PSD, MSU e BE, subordinada ao tema “Realização de estudo sobre a abstenção nas Eleições Autárquicas no Município de Sesimbra”;-----

-----Documento n.º 2 – Recomendação do Grupo Municipal da CDU subordinada ao tema “Realização de estudo sobre a abstenção nas eleições autárquicas no Município de Sesimbra”;-----

-----Documento n.º 3 – Moção do Grupo Municipal da CDU subordinada ao tema “Contra o empobrecimento, contra a exploração, contra o orçamento do estado para 2014”.-----

-----Explicou depois que o documento nº1 nascera na Comissão de Líderes com o propósito de envolver todos os grupos políticos. Ao longo de 2 semanas foram apreciadas as participações de todos, mas não se tinha chegado a um consenso, pelo que surgia o documento nº2 subscrito pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Lembrou depois que todos os Deputados já possuíam a senha de acesso à Plataforma da AMS onde estavam disponibilizados os documentos de apoio às reuniões.-----

-----Foi de seguida cedida a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira** para fazer a leitura do Documento n.º 1:-----

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----“**Recomendação**”-----  
-----**Realização de estudo sobre a Abstenção nas Eleições Autárquicas no Município de Sesimbra**-----  
-----Considerando a evolução da abstenção nos últimos anos e principalmente o nível atingido nas últimas eleições autárquicas, quer no nosso município, quer nos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, quer ainda por todo o País; -----  
-----Considerando que todas as forças partidárias concorrentes, reconhecendo a sua quota-parte de responsabilidade, assumem o compromisso de trabalhar no sentido de reverter este flagelo, que é transversal a todos os municípios, no decurso do mandato agora iniciado; -----  
-----Entendendo-se que o nosso sistema democrático não é perfeito e que são desejáveis todas as iniciativas no sentido de aumentar a participação cívica.-----  
-----Todos os Grupos Políticos representados na Assembleia Municipal de Sesimbra, na sua primeira reunião do mandato 2013/2017, decidem recomendar à Câmara Municipal de Sesimbra que mande elaborar um estudo especializado a uma entidade científica de reconhecida competência nesta matéria e de reputada independência, podendo o mesmo ser desenvolvido no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa, da Associação de Municípios da Região de Setúbal, ou mesmo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, entidades em que a participação do Município é efetiva.-----  
-----Os Grupos Políticos na Assembleia Municipal de Sesimbra - PS; PSD/CDS-PP; MSU; BE”-----  
----- Foi depois cedido o uso da palavra ao **Deputado Alain Monteiro** que começou por cumprimentar todos os presentes e desejou a todos os Grupos um bom trabalho nos próximos 4 anos. - -----

----- Passou em seguida a apresentar o Documento nº 2: -----  
-----“**Recomendação**”-----  
-----**Realização de estudo sobre a abstenção nas eleições autárquicas no município de Sesimbra**-----  
-----Tendo em atenção o nível atingido nas últimas eleições autárquicas do fenómeno da abstenção no País e na área metropolitana de Lisboa; -----  
-----Reconhecendo todas as forças concorrentes a sua quota-parte de responsabilidade no ocorrido;-  
-----Considerando que todas as forças políticas assumem o compromisso de trabalhar no sentido de reverter esta situação no decurso do mandato agora iniciado; -----  
-----Entendendo-se que o nosso sistema democrático não é perfeito e que são desejáveis todas as iniciativas no sentido de aumentar a participação cívica. -----

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Todos os grupos políticos representados na assembleia municipal de Sesimbra, na sua primeira reunião do mandato 2013/2017 decidem recomendar à Área Metropolitana de Lisboa (AML) e/ou Associação Nacional de Municípios (ANM) que pondere elaborar um estudo especializado a uma entidade científica de reconhecida competência nesta matéria e de reputada independência.*-----

-----*Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Sesimbra.*”-----

-----Passou de seguida a ler o documento nº 3:-----

-----“*Moção*-----

-----***Contra o empobrecimento, contra a exploração, contra o orçamento do estado para 2014***-----

-----*O governo PSD / CDS aprovou no passado dia 1 de novembro, na generalidade, o orçamento do estado para o ano de 2014. Este é um documento que vergonhosamente mantém inatacáveis os objetivos de agravamento do roubo e da exploração dos trabalhadores, pensionistas, reformados e do povo em geral e reconfigura o estado à medida dos interesses da banca e dos grandes grupos económicos. O orçamento do estado para o ano de 2014 constitui um passo significativo para o empobrecimento geral do País e tal como os anteriores, assume o confronto violentíssimo com a constituição e a conceção de democracia nela inscrita. Com este orçamento, agravam-se as medidas de roubo e exploração nos salários e nas pensões adotadas nos orçamentos do Estado de 2012 e 2013, através de um corte adicional profundo nos salários e nas pensões da Caixa Geral de Aposentações através da chamada convergência dos sistemas. Se a estes cortes somarmos as medidas que afetam as funções sociais do estado, sobretudo na saúde e na educação, verificamos que cerca de 82% da consolidação orçamental é obtida ao dispêndio dos trabalhadores e do povo em geral. Ao mesmo tempo, o esforço adicional exigido à banca e ao setor energético representa apenas 4% dessa consolidação orçamental, um suposto sacrifício que será mais que recompensado com as medidas relativas à reforma do IRC e outras prebendas em preparação. É de salientar que esta descida do IRC ocorre em paralelo com a manutenção em valores muito elevados do IRS que representará quase o triplo do IRC. O orçamento do estado para 2014 reforça assim os privilégios da banca e dos grandes grupos económicos, e agrava as condições de vida dos trabalhadores, pensionistas e reformados à custa dos seus rendimentos e em prejuízo dos direitos sociais e laborais e da própria democracia.*-----

-----*Este é um orçamento do estado onde a equidade da distribuição dos sacrifícios foi novamente colocada de lado impondo desta forma um estado mínimo para os trabalhadores, pensionistas, reformados e para as famílias e um estado máximo para o grande capital. Em sentido contrário a estes cortes brutais, regista-se a evolução dos juros da dívida pública que aumentam substancialmente. Aumentam também os encargos líquidos com as PPP. A confrontação destes dados demonstra que, o memorando de entendimento*

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

*foi assinado, não para evitar que o Estado ficasse sem dinheiro para pagar salários e pensões, mas para garantir que os credores nacionais e estrangeiros receberiam o capital e os juros altíssimos da dívida pública até ao último cêntimo. -----*

*----- No entanto, o Governo prevê com este orçamento do Estado, um crescimento do PIB de 0,8%. Tal como em 2013, esta estimativa é propositadamente otimista ao não ter devidamente em conta os efeitos recessivos da austeridade e subestima o agravamento do desemprego e as suas consequências sociais. Este orçamento do estado assume-se uma vez mais num logro, pois os sucessivos incumprimentos dos objetivos de consolidação orçamental, proclamados como um desígnio nacional, constituem o pretexto ideal para se ir impondo a política de saque aos rendimentos do povo português e a continuação das medidas de austeridade contra os trabalhadores, os pensionistas e reformados e condicionar fortemente o futuro do país que ficará ainda mais atrasado e dependente. -----*

*----- Este orçamento do estado não só reflete o fracasso total da governação como confirma que os objetivos que justificaram a assinatura do memorando com a troika serviram apenas de fachada para um programa político de fundo que visa reconfigurar o estado à medida dos interesses da banca e dos grandes grupos económicos, levando assim Portugal ao colapso económico e social. O orçamento do estado para 2014 é pois um atentado grotesco à democracia e às liberdades fundamentais do povo Português porque fomenta a destruição do emprego, constitui-se como uma sentença de ruína de milhares de PME, afirma-se como um roubo sem precedentes nos salários e representa mais um assalto fiscal aos rendimentos das famílias e um saque sem escrúpulos nas pensões e reformas. -----*

*----- Para evitar este colapso económico e social, o PCP e PEV apresentaram na Assembleia da Republica um conjunto de propostas de alteração do orçamento do Estado que visavam defender a economia nacional e fomentar o crescimento económico. Todas as propostas apresentadas foram inviabilizadas pela maioria PSD / CDS. Assim, os portugueses encontram-se novamente desarmados. Para além de fazerem face a um governo que os explora e empobrece, encontram-se órfãos de um presidente da república que teima em não fazer cumprir a constituição. A última esperança recai no tribunal constitucional que se tem afirmado nestes últimos dois anos como o único garante da democracia e do cumprimento da lei fundamental, pese embora as vergonhosas e sucessivas tentativas antidemocráticas de condicionamento do mesmo por parte do governo PSD / CDS. -----*

*----- Face ao exposto, a assembleia municipal de Sesimbra reunida em 15 de novembro delibera:*

*----- 1. Repudiar este orçamento do estado para 2014;-----*



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----2. *Demonstrar solidariedade com todos os trabalhadores, pensionistas e reformados que se manifestaram no passado dia 1 de novembro aquando da votação do orçamento na generalidade, para exigir uma política alternativa que vise a busca de receitas junto do grande capital e dessa forma que defenda os salários, as pensões, as prestações sociais e as funções sociais do estado como elemento essencial para a concretização de uma democracia nas suas múltiplas dimensões política, económica, social e cultural.*-----

-----*Enviar esta moção:*-----

-----*Ao Sr. Presidente da República; À Sra. Presidente da Assembleia da República; Ao Sr. Primeiro-ministro; Aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República; Às Camaras e Assembleias Municipais da área metropolitana de Lisboa e península de Setúbal; A Associação Nacional de Municípios; À Associação Nacional de Freguesias.*-----

-----*Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Sesimbra.”*-----

-----Por solicitação do **Deputado Manuel José Pereira**, os trabalhos foram suspensos por breves minutos.-----

-----Recomeçados os mesmos usou da palavra o **Deputado Manuel José Pereira** que relativamente aos documentos nºs 1 e 2 disse que o fenómeno da abstenção no Concelho de Sesimbra fora muito forte, o que não significava que nos outros concelhos também não tivesse sido, mas o que diferenciava as duas recomendações já que o assunto tinha sido presente na Comissão de Líderes tinha a ver com uma coisa muito simples, ou seja quem é que no Município de Sesimbra devia promover, liderar, negociar um estudo? porque se o estudo fosse feito por uma entidade, as condições teriam que ser negociadas, e a AMS não tinha capacidade para o fazer, daí entender que devia ser a CMS a tratar a matéria, e não outra entidade.-----

-----Considerava que a abstenção nos Concelhos da Área Metropolitana, também tinha sido forte e portanto a CMS, como membro efetivo daquela entidade associativa, bem como da Associação Nacional de Municípios Portugueses, podia perfeitamente transportar a questão para o âmbito dessas 2 entidades, fosse a AML ou a ANMP, podendo haver uma colaboração das 2 associações na realização do estudo. A vantagem de Sesimbra de tomar a iniciativa de propor a realização do estudo era no sentido de mostrar preocupação com a situação e pretender saber quais as causas, apesar de cada um ter as suas próprias ideias sobre os motivos que poderiam ter provocado uma abstenção daquela grandeza. Se fosse feito o estudo o Município ficaria na posse de elementos fiáveis para poder atuar, em conformidade, em procedimentos futuros. Cada grupo político teria as suas ideias de como ajudar a combater o problema.

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Todos ambicionariam que em 2017 o Município reduzisse a taxa de abstenção. -----  
-----Decerto existiriam universidades que iriam realizar estudos sobre a abstenção que em Portugal estava a um nível que precisava ser estudada, analisada e eventualmente até serem apresentadas propostas no sentido de alguma reformulação no sistema eleitoral. A AMS poderia aproveitar a boleia desses trabalhos e afirmar que Sesimbra queria de facto que a amostra que viesse a ser constituída fosse tão forte que desse para perceber exatamente as razões profundas do fenómeno no Concelho. -----  
-----Entendia que a AMS não teria recursos técnicos para negociar e acompanhar um estudo daquela natureza e entendia que a CMS não podia ficar alheada da questão porque devia ser a primeira entidade a ter essa preocupação a par da preocupação que esta AMS estava a manifestar. -----  
-----Relativamente à Moção - **Contra o empobrecimento, contra a exploração, contra o orçamento do estado para 2014** o PS tinha a sua perspectiva de discordância com a austeridade pura e dura que o Governo vinha a implementar nos últimos 2 anos, de qualquer forma entendia que valia pena inserir um pequeno parágrafo que realçasse outro aspeto que estava a preocupar o PS que era a atitude, por vezes expectante e atrapalhadora do Sr. Presidente da República. Assim o Grupo Municipal do PS propunha que fossem intercalados dois parágrafos, após o 1.º parágrafo, com a seguinte redação: -----  
-----*Um Estado de Direito deve primar pelo cumprimento integral dos compromissos que assumiu e impôs aos seus cidadãos (sem que existisse qualquer direito de opção), sendo inaceitável que um Governo, à revelia do seu próprio programa eleitoral e unilateralmente, rompa com os contratos de reforma assumidos com os seus contribuintes.* -----  
-----*Tal situação só é possível graças à passividade e ao conluio de sua Ex. o Presidente da Republica, que com estas atitudes se torna numa figura sem prestígio e sem crédito para ser respeitado pelo seu Povo.*---No último parágrafo onde a CDU chamava a si o exclusivo das alterações apresentadas na AR, pelo que sugeria a seguinte correção: Substituí a frase “*Para evitar este colapso económico e social, o PCP e PEV apresentaram na Assembleia da Republica um conjunto de propostas*” por “*Para evitar este colapso económico e social, os Partidos da Oposição (PCP, PEV, PS e BE) representados na Assembleia da República, apresentaram um conjunto de propostas*”. -----  
-----Por último propôs no ponto deliberativo nº 2 que não se restringisse à manifestação realizada no dia 1 de novembro mas a todo o período passado destacando no entanto o dia 1 de novembro, sugerindo a redação sublinhada: “*Demonstrar solidariedade com todos os trabalhadores, pensionistas e reformados que se manifestaram no passado, e de uma forma específica com todos aqueles que no dia 1 de novembro se manifestaram na Assembleia da República aquando da votação do orçamento na generalidade, para*”

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*exigir uma política alternativa que vise a busca de receitas junto do grande capital e dessa forma que defenda os salários, as pensões, as prestações sociais e as funções sociais do estado como elemento essencial para a concretização de uma democracia nas suas múltiplas dimensões política, económica, social e cultural.”*-----

----- Usou depois da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que após cumprimentar todos os presentes disse relativamente aos dois documentos sobre a abstenção que era lamentável que sobre uma matéria que preocupava todos não se obtivesse um consenso nem na Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, nem na Assembleia Municipal.-----

----- Interveio de seguida o **Deputado Mendes Dias** que depois de apresentar cumprimentos a todos os presentes se referiu à Moção apresentada pela CDU relativamente ao Orçamento de Estado para 2014 dizendo que a linguagem que a CDU utilizava para adjectivar a situação que se vivia no País não era, na sua opinião, a mais digna para uma assembleia municipal se pronunciar sobre uma situação deveras difícil com que o País e a população estavam a atravessar. Embora pudesse estar de acordo com o princípio da Moção, a sua linguagem e forma de transmitir a indignação não permitiriam que o seu Grupo Municipal a aprovasse. E isso não significava que estivesse a favor do Orçamento do Estado. Noutros locais e circunstâncias já tinham sido votados documentos contra o Orçamento de Estado, contra as políticas que o Governo estava a implementar no que dizia respeito aos cortes aos pensionistas e trabalhadores, e portanto sentia-se perfeitamente à vontade para dar a cara no sentido de dizer que esta não era uma política que servisse os interesses dos trabalhadores e dos portugueses, no entanto, esta forma de colocar as questões não seria a mais apropriada e votaria contra a Moção apresentando Declaração de Voto.-----

----- Tomou depois o uso da palavra o **Deputado Alain Moiteiro** que disse que também lamentava não se ter alcançado o consenso no que respeitava à Recomendação sobre a abstenção visto ser uma matéria que preocupava a todos.-----

----- No que respeitava à Moção e referindo-se à intervenção do Deputado Mendes Dias, disse que a linguagem era forte e mesmo assim fora contida, mas de qualquer forma não era tão forte como o orçamento de Estado, no entanto desafiava o Deputado a apresentar adjectivos de alternativa. -----

----- **O Deputado Miguel Alarcão Bastos** referindo-se à questão da linguagem utilizada na Moção proposta pela CDU, disse que ele próprio numa primeira leitura, não seria muito do seu agrado, no entanto uma vez que se empenhara em melhorar o conteúdo da Moção, propunha ao Deputado Mendes Dias uma meditação considerando o seguinte: era reformado, fora obrigado durante 36 anos a descontar com determinadas regras de descontos, e hoje em dia via-se espoliado nesse mesmo contrato, em relação à sua

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

reforma. Se este negócio que existia se passasse com uma entidade bancária, a sua reação seria de os acusar de roubo, portanto perante aquele tipo de atitude, que era uma palavra violenta, ele subestimara-a e considerara que poderia tolerar a sua inclusão face ao tipo de atitude que era tomada e principalmente de uma outra coisa que era o completo desprezo com que tratavam as pessoas, e isso magoava-o profundamente e era perfeitamente inaceitável num estado de direito. O governo deste País não demonstrava, com ninguém, qualquer tipo de respeito mas apenas de saque. Nesse sentido não fizera qualquer alteração na linguagem que não lhe era muito grata mas que reconhecia que tinha de ser aplicada.

----- **O Deputado Miguel Ribeiro**, tomando o uso da palavra, iniciou por em nome do Grupo Municipal do MSU cumprimentar todos os presentes e desejar votos de felicidades e que todos fizessem um bom trabalho em prol de Sesimbra. -----

----- No que dizia respeito aos documentos em apreciação, referindo-se à Moção apresentada pela CDU, disse que a linguagem utilizada não era a mais adequada, poderia ter sido analisada de outra forma. Lamentava a falta de iniciativa da CDU, pelo menos ao nível da Comissão de Líderes, no sentido de se obter um acordo relativamente ao conteúdo do documento. Pensava que seria mais útil chegar à AMS com um documento com o entendimento de todos.-----

----- No que respeitava à Recomendação secundava as palavras ditas pelo Deputado Manuel José Pereira. Concordava com as considerações feitas, apenas acrescentaria uma observação. Tratava-se de uma mera recomendação, não tinha caráter vinculativo. Caso a mesma fosse aprovada pela AMS, a CMS faria o que entendesse, poderia inclusivamente recorrer ao auxílio de entidades como a AML. Era uma matéria que preocupava todos, a abstenção era um fenómeno, que a nível nacional marcara muito estas eleições autárquicas. Concordava que não era um fenómeno exclusivo do Concelho de Sesimbra mas era sobre Sesimbra que a AMS se devia preocupar e os motivos que haviam ditado aquele nível de abstenção. Se o Município de Sesimbra vinha sendo distinguido relativamente a determinadas matérias, como a questão da transparência, pensava que devia mostrar ter uma iniciativa positiva no que dizia respeito ao fenómeno abstencionista e a própria CMS tomar a atitude neste sentido -----

----- **O Deputado Mendes Dias**, respondendo aos Deputados Alain Monteiro e Miguel Alarcão Bastos, disse que não gostaria de propor redação diferente para a Moção mas ler aquilo que considerava poder ser uma Moção:-----

----- *“Temos novamente um orçamento que trava a retoma económica, que não responde ao desafio central do desemprego e que, atingindo grupos particularmente vulneráveis (baixos salários, pensionistas), vem decerto agravar os níveis de injustiça, pobreza e desigualdades sociais, já hoje*

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*insustentáveis.*-----

-----*O ataque às famílias é tão mais gravoso quando, ao mesmo tempo, este orçamento introduz severos cortes em áreas fundamentais como a saúde, a educação e a proteção social, comprometendo a acessibilidade e qualidade dos serviços públicos, quando eles são mais necessários, especialmente junto das populações mais vulneráveis.*-----

-----*Este caminho revela a clara opção do Governo no sentido de colocar em causa os próprios fundamentos do nosso Estado Social. Neste domínio, não podemos deixar de reafirma que rejeitaremos qualquer ataque ao regime contributivo da segurança social, alertando aqui que o Estado não pode, unilateralmente, alterar regras e condições, quando aquele é suportado pelas contribuições de trabalhadores e empresas.*-----

-----*A profunda desigualdade deste orçamento é igualmente clara noutras áreas como em matéria fiscal em que não é respeitado o princípio da equidade no esforço dos impostos ou decisão de uma redução generalizada da taxa de IRC em 2 pp, com perdas de receitas fiscais sem que se procure atenuar a brutal carga fiscal em sede de IRS.”*-----

-----Ao terminar a leitura o **Deputado Mendes Dias** disse que iria fazer chegar o documento à AMS como Declaração de Voto, de qualquer forma queria explicar que se podia atacar o Governo e as suas políticas, não utilizando linguagem que considerava indecorosa.-----

-----**O Deputado Miguel Ribeiro** acrescentou que referira que não concordava com a linguagem utilizada nalguns pontos do texto da Moção mas esquecera-se de referir que não estava contra o teor da Moção. Entendia que deveriam ser abordados outros aspetos relativamente à atuação do Governo PSD/CDS. O Grupo Municipal do MSU iria apresentar Declaração de Voto.-----

-----Não havendo mais intervenções a **Presidente da AMS** esclareceu que a Moção apresentada pela CDU tinha sido alterada por proposta do Grupo Municipal do PS e que o Grupo Municipal da CDU aceitara as alterações.-----

-----Alertou depois que estavam presentes 22 Deputados, sendo 11 do Grupo Municipal da CDU e 11 dos Grupos Municipais do PS, PSD/CDS, MSU e BE, o que significava que tendo em atenção os proponentes das propostas de recomendações apresentadas, verificar-se-ia uma situação de empate sendo que ela, na qualidade de Presidente iria usar o voto de qualidade. Queria acrescentar que considerava uma posição antidemocrática, quando uma pessoa decidia pela maioria, contudo por força da lei iria utilizar essa prerrogativa, que era a segunda vez que tomava, na qualidade de presidente já no terceiro mandato.-----

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**O Deputado Mendes Dias** questionou como é que a Presidente tinha certezas quanto ao sentido de voto se ainda não colocara a votação, tendo a Presidente respondido que se limitara a verificar os subscritores das recomendações.-----

-----Colocou em seguida à votação a proposta de Recomendação subordinada ao título: “Realização de estudo sobre a Abstenção nas Eleições Autárquicas no Município de Sesimbra”, apresentada anteriormente, subscrita pelos Grupos Municipais do PS, PSD/CDS, MSU e BE, tendo-se verificado empate na votação, 11 votos contra do Grupo Municipal da CDU e 11 votos a favor dos Grupos Municipais do PS (6), PSD/CDS (2), MSU (2) e BE (1), pelo que a Presidente usou do voto de qualidade votando contra a proposta de recomendação, e nesta conformidade a proposta de recomendação foi rejeitada. -----

-----O Grupo Municipal do PS apresentou a seguinte Declaração de Voto através da **Deputada Paula Gato**: -----

-----“*Estreio-me hoje em funções políticas nesta AMS mas considero extraordinário que a CDU vote contra uma recomendação no sentido de ser a CMS a liderar um processo que diz respeito ao nosso Concelho. Portanto os eleitos pelas pessoas que votaram neste concelho recusam assumir a responsabilidade de perceber por que é que a maior parte dos cidadãos deste concelho não votaram. Eu acho extraordinário.*” -----

-----O Grupo Municipal da CDU prestou a seguinte Declaração de Voto, através do Deputado **Tiago Aragão**: -----

-----“*A bancada da CDU é a favor do estudo, mas votou contra a recomendação apresentada pelas restantes bancadas por considerar que a recomendação deverá ser efetuada diretamente para os órgãos competentes, nomeadamente, Área Metropolitana de Lisboa (AML) e/ou Associação Nacional de Municípios (ANMP), para analisar a matéria da abstenção a um nível mais esclarecedor, tanto a nível local, como regional, como nacional. Não devendo ser a CMS que apenas tem competências sobre o seu município a desenvolver um estudo deste género.* -----

-----*Por outro lado, também consideramos que não deve ser a CMS a recomendar à Área Metropolitana de Lisboa (AML) e/ou Associação Nacional de Municípios (ANM), mas sim a AM, para não comprometer a CMS, órgão executivo com eventuais custos ou empenho de recursos humanos, a sobrecarregar os seus recursos financeiros já reduzidos.* -----

-----*A AMS como órgão deliberativo tem toda a legitimidade de requerer aos órgãos supra municipais sem haver um compromisso a nível do órgão executivo com a matéria, podendo assim remeter um estudo mais completo. Lamentamos que as restantes bancadas não tenham aceite esta proposta porque ao ser*





## Assembleia Municipal de Sesimbra

*apresentada com um apoio unânime teria uma força maior.” -----*

*-----**A Presidente da AMS**, Deputada Odete Graça, apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----*

*-----“De facto foram feitos esforços de todas as bancadas presentes e dos elementos da Comissão de Líderes para que encontrássemos uma redação comum no desenvolvimento desta recomendação, contudo não foi possível. Dessa impossibilidade, face ao nº de presentes nesta AMS, a utilização do voto de qualidade permitiu uma opção que considero correta no sentido de entender que independentemente de o Concelho de Sesimbra ficar também afetado com alta percentagem de abstenção, reafirmo que o Conselho Metropolitano e por inerência a Comissão Executiva da Área Metropolitana de Lisboa têm hoje competências registadas em lei que lhes permitirá fazer certamente este estudo para a AML que permite, de algum modo, ter uma leitura mais abrangente daquilo que são as realidades da região.” -----*

*-----**O Deputado Miguel Ribeiro**, do Grupo Municipal do MSU fez a seguinte Declaração de Voto: ----*

*-----“Nós naturalmente, enquanto subscritores da proposta não podemos deixar de votar favoravelmente. Aquilo que a CDU apelida de um estudo mais completo e abrangente, nós entendemos que é sinónimo de estudo mais vago. Interessa-nos fundamentalmente a nossa realidade e não que a nossa realidade seja alocada a um estudo e a uma realidade regional ou nacional. Claro que o estudo da realidade nacional ou regional é importante mas interessa-nos fundamentalmente a nossa realidade.” --*

*-----Seguidamente, a Presidente da AMS colocou à votação a proposta de recomendação subscrita pela CDU subordinada ao tema **“Realização de estudo sobre a abstenção nas eleições autárquicas no município de Sesimbra” lida anteriormente, tendo sido aprovada por maioria**, com 11 votos a favor da CDU e 11 abstenções (6 PS, 2 PSD, 2 MSU e 1 BE): -----*

*-----**O Deputado Municipal Manuel José Pereira** apresentou, em nome do seu Grupo Municipal a seguinte Declaração de Voto:-----*

*-----“Num estudo sobre a abstenção, o PS absteve-se, porque considera que deve ser feito um estudo, ainda que aquele que foi sugerido pela CDU, que não parece ao PS que vá resolver o problema em termos de informação de que carecemos, dadas as especificidades do nosso concelho, e que ainda há quinze minutos o PS sugeriu à CDU que votasse a sua recomendação e o PS votaria a Recomendação da CDU. ---*

*----- Nem isso foi aceite. Se a abstenção no País é brutal então em Sesimbra é um flagelo.*

*-----A ideia deste estudo parece-nos óbvia como a todos os Grupos exceto à CDU e foi lançada na Comissão de Líderes como achamos que deve ser sempre.-----*

*-----A posição da CDU, do nosso ponto de vista, não alcançou o verdadeiro objetivo, conhecer profundamente a nossa realidade específica e daí retirarmos todos, ilações sobre a prática política a*

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*prosseguir neste mandato. Porque é aqui que nós estamos e é aos nossos eleitores que devemos uma explicação para o ocorrido, e mais que isso, temos que encontrar os meios e uma política mais criativa que fomente a sua participação na vida política local. -----*

*-----Existem certamente causas e formas de agir para o futuro que são comuns a muitos municípios mas é essencial conhecermos as razões próprias que levaram a esta situação na nossa terra.-----*

*-----O PS quer conhecê-las bem como a restante oposição. Só a CDU parece imune a este flagelo.*

*-----Porque será? -----*

*-----A teimosia da argumentação deixa bem evidenciada, e a sua ação mais não fará que potenciar ainda mais o afastamento entre eleitos e eleitores. A prova disto é o facto de sugerirem apenas à AML e à ANMP e esqueceram a Associação de Municípios da Região de Setúbal.-----*

*-----O PS abstém-se porque na impossibilidade de aprovação do texto coletivo importa que seja aprovada uma posição da AMS sobre esta importante matéria. -----*

*-----É a CMS que pode liderar, negociar, resolver, este problema, nunca a AMS que não tem recursos técnicos para tal, e as nossas especificidades próprias ficarão evidenciadas, melhor, do que num estudo liderado pela AML ou pela AMRS. Teria que ser um estudo mais diluído no contexto de todos os municípios que as integram.”-----*

*-----**O Deputado Municipal Mendes Dias** prestou a seguinte Declaração de Voto:-----*

*-----“O Grupo Municipal do PSD votou pela abstenção em relação à proposta da CDU porque independentemente de quem faça o estudo, o importante é que o estudo seja feito, e se outra vantagem não houve, foi o facto dos grupos municipais representados na AMS e na Conferência de líderes terem levantado esta questão e portanto ter-se conseguido aprovação de um documento que não seria o nosso documento mas é um documento que permite que a Área Metropolitana de Lisboa se assim o entender faça o estudo sobre a abstenção que para nós é importantíssimo percebermos quais são as causas e quais poderão ser a terapêutica para que não se volte a repetir.”-----*

*-----**O Deputado Nuno Nabais** prestou a seguinte Declaração de Voto:-----*

*-----“Há semelhança da Deputada Paula Gato também é a primeira vez que intervenho e aproveito para saudar todos os presentes e sobretudo saudar os deputados municipais que estão aqui a exercer plenamente a cidadania democrática, pelo menos é assim que eu entendo, e isto traduz-se numa participação desinteressada de todos nós do ponto de vista individual, mas empenhada no bem comum, no interesse público, em suma trabalhando para a comunidade. Um pouco a fazer lembrar como dizia o Aristóteles, os costumes e as práticas oligárquicas ou tirânicas geravam uma oligarquia, os costumes ou*

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*as práticas democráticas conduzem-nos a uma democracia. -----*

*-----Fiquei um pouco surpreendido, e podem-me corrigir, e as próximas sessões poderão mostrar que eu estou enganado, que o problema da abstenção tem a ver, pelo menos por aquilo que eu compreendo, com a não participação nos atos eleitorais que como todos sabemos, porque está estudado e provado nos mais diversos reputados investigadores portugueses, conhecem-se as várias variáveis bem conhecidas como a falta de filiação, de identificação, de desinteresse, não interesse pessoal, etc. ou até variáveis incontroláveis como o dos fenómenos meteorológicos. Mas agora eu pergunto, nós estamos há mais de 30 anos, sobretudo os partidos que nos governam a sugerir estudos, a sugerir comissões, gabinetes de trabalho, centros de estudos, observatórios, entidades, a semântica aqui é riquíssima, agora até guiões para reformar, agir, nunca. -----*

*-----Considerando que todas as forças assumem o compromisso de trabalhar no sentido de reverter esta situação, que é reconhecida por todas as forças e por ela são responsáveis. Alguém pensou propor ações para alterar isto? Alguém pensou em ter como prioridade chamar os cidadãos e não ter como prioridade saber porque é que os cidadãos não foram à chamada? -----*

*-----A recomendação chama-se “Realização de estudo sobre a abstenção nas eleições autárquicas no município de Sesimbra”, eu quero na minha declaração de voto chamar a atenção para as eleições autárquicas, portanto o estudo incide sobre eleições autárquicas no município de Sesimbra.”-----*

*-----O Deputado Nuno Nabais foi alertado pela Presidente da AMS para o facto de estar a prestar Declaração de Voto, tendo o Deputado concluído que a sua Declaração de Voto era a seguinte: “há aqui um equívoco relativamente ao problema colocado de não estar a ser assumido um estudo sobre a realidade concelhia e eu julgo que votei sobre a realidade concelhia.” -----*

*-----A Presidente da AMS pretendendo dar um conselho disse que as Declarações de Voto deviam ser orientadas no sentido de fazer a defesa da posição de voto relativamente ao assunto que estava em causa, pelo que apelava aos Deputados que quando apresentassem Declarações de Voto as canalizassem para a justificação da razão pela qual fora feita a sua orientação de voto e não para a explicação da matéria em si, essa devia caber aquando da discussão da matéria. -----*

*-----O Deputado Nuno Nabais pediu desculpa pela falta de experiência. -----*

*-----O Deputado Alarcão Bastos solicitou a palavra para apresentação do seguinte Protesto: -----*

*-----“Quero manifestar o meu protesto pela ignorância demonstrada pelo Deputado Nuno Nabais face aos trabalhos que esta AMS tem desenvolvido ao longo de 40 anos contra a abstenção e contra todas as medidas anti democráticas que não deixavam isto progredir. Eu sinto-me ofendido e magoado. É claro*

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*que o Deputado tem uma desculpa, é que não tem acompanhado a nossa vida democrática e não tem participado ativamente nestes últimos 40 anos, mas eu posso-lhe explicar um dia se quiser, todas as medidas que esta AMS tomou contra o absentismo, através das assembleias de jovens, das intervenções nas escolas, ou seja, tem sido uma permanente e constante ação no sentido de melhorarmos e combatermos a abstenção. Daí o meu protesto porque me sinto magoado e ofendido.”*-----

-----**A Presidente da AMS** disse que como o Deputado Miguel Alarcão Bastos sabia tão bem quanto ela própria, de facto não era prática fazer-se intervenções relativamente às Declarações de Voto que eram elaboradas por outros membros, daí o protesto do Deputado, mas se a permitisse transformaria o Protesto numa advertência, tendo em atenção que todos estavam a aprender e deviam respeitar aquilo que eram as opiniões favoráveis ou desfavoráveis relativamente à posição que outro Deputado tomava.

-----**O Deputado Miguel Ribeiro** apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----*“Quando alguém está doente vai ao seu médico para obter um diagnóstico correto, não recorre a outros médicos que tratam doentes com a mesma doença, pois dessa forma a pessoa que está doente não obterá o diagnóstico adequado. Assim é com o Município de Sesimbra que padece de uma doença chamada abstenção elevada e que precisa de um diagnóstico adequado para que sejam tomadas as medidas adequadas para combater essa doença, pois cada caso é um caso.”*-----

-----Pela insistência do Deputado Nuno Nabais para intervir, **a Presidente da AMS** disse que não era prática da AMS ter defesas ou contrapartidas, no entanto cedeu-lhe a palavra.-----

-----**O Deputado Nuno Nabais** disse que ficara surpreendido porque fizera uma reflexão muito breve sobre o que expusera, no entanto podia ser feita alguma correção por quem registara as suas palavras, porque não queria magoar nem ofender ninguém mas estava muito à vontade para afirmar que as palavras que dissera não negligenciara em momento nenhum, o trabalho passado, ele apenas referira a propósito desta Recomendação, a corresponsabilidade de todos em agirem, em participarem e fazerem para inverter aquela situação no futuro. Portanto questionava em que momento falara do passado? Ou da sua suposta ignorância sobre o passado desta AMS, pelo que pedia ao Deputado Miguel Alarcão Bastos que dissesse expressamente em que momento fizera a referencia ao passado.-----

-----**A Presidente da AMS** respondeu que oportunamente os Deputados teriam acesso à ata da reunião onde poderiam ler as palavras proferidas. Já tinham sido prestados os esclarecimentos e a não intenção, nem deliberada nem subtil, relativamente ao passado, pelo que considerava o assunto como concluído.-----

-----Submeteu de seguida à votação a Moção **“Contra o empobrecimento, contra a exploração,**

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

**contra o orçamento do estado para 2014**”subscrita pela CDU já com as alterações propostas pelo Grupo Municipal do PS cuja redação definitiva se passa a transcrever:-----

-----“O governo PSD / CDS aprovou no passado dia 1 de novembro, na generalidade, o orçamento do estado para o ano de 2014. Este é um documento que vergonhosamente mantém inatacáveis os objetivos de agravamento do roubo e da exploração dos trabalhadores, pensionistas, reformados e do povo em geral e reconfigura o estado à medida dos interesses da banca e dos grandes grupos económicos. O orçamento do estado para o ano de 2014 constitui um passo significativo para o empobrecimento geral do País e tal como os anteriores, assume o confronto violentíssimo com a constituição e a conceção de democracia nela inscrita. Um Estado de Direito deve primar pelo cumprimento integral dos compromissos que assumiu e impôs aos seus cidadãos (sem que existisse qualquer direito de opção), sendo inaceitável que um Governo, à revelia do seu próprio programa eleitoral e unilateralmente, rompa com os contratos de reforma assumidos com os seus contribuintes. -----

-----Tal situação só é possível graças à passividade e ao conluio de sua Ex. o Presidente da Republica, que com estas atitudes se torna numa figura sem prestígio e sem crédito para ser respeitado pelo seu Povo.---Com este orçamento, agravam-se as medidas de roubo e exploração nos salários e nas pensões adotadas nos orçamentos do Estado de 2012 e 2013, através de um corte adicional profundo nos salários e nas pensões da Caixa Geral de Aposentações através da chamada convergência dos sistemas. Se a estes cortes somarmos as medidas que afetam as funções sociais do estado, sobretudo na saúde e na educação, verificamos que cerca de 82% da consolidação orçamental é obtida ao dispêndio dos trabalhadores e do povo em geral. Ao mesmo tempo, o esforço adicional exigido à banca e ao setor energético representa apenas 4% dessa consolidação orçamental, um suposto sacrifício que será mais que recompensado com as medidas relativas à reforma do IRC e outras prebendas em preparação. É de salientar que esta descida do IRC ocorre em paralelo com a manutenção em valores muito elevados do IRS que representará quase o triplo do IRC. O orçamento do estado para 2014 reforça assim os privilégios da banca e dos grandes grupos económicos, e agrava as condições de vida dos trabalhadores, pensionistas e reformados à custa dos seus rendimentos e em prejuízo dos direitos sociais e laborais e da própria democracia. -----

-----Este é um orçamento do estado onde a equidade da distribuição dos sacrifícios foi novamente colocada de lado impondo desta forma um estado mínimo para os trabalhadores, pensionistas, reformados e para as famílias e um estado máximo para o grande capital. Em sentido contrário a estes cortes brutais, regista-se a evolução dos juros da dívida pública que aumentam substancialmente. Aumentam também os encargos líquidos com as PPP. A confrontação destes dados demonstra que, o memorando de entendimento

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*foi assinado, não para evitar que o Estado ficasse sem dinheiro para pagar salários e pensões, mas para garantir que os credores nacionais e estrangeiros receberiam o capital e os juros altíssimos da dívida pública até ao último cêntimo. -----*

*----- No entanto, o Governo prevê com este orçamento do Estado, um crescimento do PIB de 0,8%. Tal como em 2013, esta estimativa é propositadamente otimista ao não ter devidamente em conta os efeitos recessivos da austeridade e subestima o agravamento do desemprego e as suas consequências sociais. Este orçamento do estado assume-se uma vez mais num logro, pois os sucessivos incumprimentos dos objetivos de consolidação orçamental, proclamados como um desígnio nacional, constituem o pretexto ideal para se ir impondo a política de saque aos rendimentos do povo português e a continuação das medidas de austeridade contra os trabalhadores, os pensionistas e reformados e condicionar fortemente o futuro do país que ficará ainda mais atrasado e dependente. -----*

*----- Este orçamento do estado não só reflete o fracasso total da governação como confirma que os objetivos que justificaram a assinatura do memorando com a troika serviram apenas de fachada para um programa político de fundo que visa reconfigurar o estado á medida dos interesses da banca e dos grandes grupos económicos, levando assim Portugal ao colapso económico e social. O orçamento do estado para 2014 é pois um atentado grotesco à democracia e às liberdades fundamentais do povo Português porque fomenta a destruição do emprego, constitui-se como uma sentença de ruína de milhares de PME, afirma-se como um roubo sem precedentes nos salários e representa mais um assalto fiscal aos rendimentos das famílias e um saque sem escrúpulos nas pensões e reformas. -----*

*----- Para evitar este colapso económico e social, os Partidos da Oposição (PCP, PEV, PS e BE) representados na Assembleia da República apresentaram um conjunto de propostas de alteração do orçamento do Estado que visavam defender a economia nacional e fomentar o crescimento económico. Todas as propostas apresentadas foram inviabilizadas pela maioria PSD / CDS. Assim, os portugueses encontram-se novamente desarmados. Para além de fazerem face a um governo que os explora e empobrece, encontram-se órfãos de um presidente da república que teima em não fazer cumprir a constituição. A última esperança recai no tribunal constitucional que se tem afirmado nestes últimos dois anos como o único garante da democracia e do cumprimento da lei fundamental, pese embora as vergonhosas e sucessivas tentativas antidemocráticas de condicionamento do mesmo por parte do governo PSD / CDS. -----*

*----- Face ao exposto, a assembleia municipal de Sesimbra reunida em 15 de novembro delibera: -----*

*----- 1. Repudiar este orçamento do estado para 2014; -----*

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----2. *Demonstrar solidariedade com todos os trabalhadores, pensionistas e reformados que se manifestaram no passado, e de uma forma específica com todos aqueles que no dia 1 de novembro se manifestaram na Assembleia da República aquando da votação do orçamento na generalidade, para exigir uma política alternativa que vise a busca de receitas junto do grande capital e dessa forma que defenda os salários, as pensões, as prestações sociais e as funções sociais do estado como elemento essencial para a concretização de uma democracia nas suas múltiplas dimensões política, económica, social e cultural.*-----

----- *Enviar esta moção:* -----

----- *Ao Sr. Presidente da República, À Sra. Presidente da Assembleia da República, Ao Sr. Primeiro-ministro, Aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, às Câmaras e Assembleias Municipais da Área Metropolitana de Lisboa e Península de Setúbal, à Associação Nacional de Municípios e à Associação Nacional de Freguesias*-----

-----A Moção foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor (11CDU+6PS+1BE), 2 votos contra do PSD/CDS-PP e 2 abstenções do MSU.-----

-----**O Deputado Miguel Ribeiro** apresentou, em nome do Grupo Municipal do MSU, a seguinte Declaração de Voto:-----

-----*“O grupo municipal independente MSU, não obstante compreender o justificado sentimento de revolta em relação às medidas que tem sido adotadas pelo Governo, sem quaisquer critérios de equidade e geradoras de injustiça social, e que uma vez mais estão refletidas no Orçamento de Estado para 2014, entende que a linguagem utilizada em algumas passagens do texto da Moção, é adversa a um ambiente de respeito e cordialidade que deve existir entre os vários entes públicos e os seus órgãos, dificultando o diálogo interinstitucional e criando clivagens desnecessárias, em prejuízo dos cidadãos. Daí termos optado por nos abstermos.”*-----

-----O Grupo Municipal do PSD/CDS-PP não chegou a entregar o texto da sua Declaração de Voto. ---

-----De seguida, a **Presidente** declarou aberto o **“PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS”**, tendo usado da palavra a cidadã Maria da Conceição Miranda Barroqueiro sobre **“Segurança rodoviária: atravessamento da EN 378: Possibilidade de colocação de paragem de autocarro no lado poente da Carrasqueira”**.-----

-----Cedida a palavra à Múncipe esta começou por dizer que a questão que a trazia à Assembleia se prendia- com a segurança rodoviária.-----

-----Quem se deslocava em transporte público para a Carrasqueira, vindo de Sul, Sesimbra, tinha uma paragem de autocarro entre o Supermercado LIDL e o antigo SuperSol, donde tinha que fazer o

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

atravessamento da EN para a Carrasqueira ponte sem qualquer segurança, pois:-----  
-----A visibilidade para atravessar a estrada era bastante deficiente; não existia passadeira; Os automóveis circulavam a uma velocidade alta, não existindo limitadores de velocidade; Ou seja, atravessar a EN naquela zona era uma odisséia autêntica, inviável de todo para crianças e pessoas de mais idade.-----  
-----Em reunião de orçamento participativo há 2 anos atrás, colocara a questão. Na altura fora respondido que se tratava de uma EN e, como tal, a autarquia não tinha jurisdição sobre a mesma. Compreendia que assim fosse, mas entendia que a autarquia devia estar atenta e tomar diligência junto das Estradas de Portugal para se encontrar uma solução, uma vez que ali existia um aglomerado populacional já considerável. Por outro lado, seria também interessante que a autarquia pudesse analisar com os TST a viabilidade da colocação de uma paragem de autocarro no lado ponte da Carrasqueira, facilitando quem ali morava e também quem se deslocava ao Pingo Doce.-----  
-----Na Carrasqueira viviam crianças e jovens que frequentavam, maioritariamente, as escolas em Sampaio e quem as transportava eram os pais ou, na impossibilidade destes, outras pessoas a quem podiam recorrer para o efeito. Ela própria tinha um filho de 10 anos para quem solicitara o passe social. Porém, entregara-o à Câmara pois a autarquia estava a ter um gasto com um passe que não podia ser utilizado pelos motivos que apresentara e o seu filho era transportado de Casa para a escola e desta para casa pelo pai ou por ela. Por outro lado, a pedagogia que os pais podiam e deviam fazer no sentido de educar os filhos para o recurso aos transportes públicos, como meio mais viável porque menos dispendioso e ambientalmente mais adequado, era deitado por terra. -----  
-----Informou que quando fizera a entrega do passe social nos serviços de educação da Câmara, deixara uma carta com estas preocupações, esperando resposta às mesmas. -----  
-----Há 2 anos atrás, uma jovem de 13 anos, moradora na Carrasqueira, fora atropelada naquela estrada à saída do autocarro, sofrendo uma série de fraturas, o que a obrigou a um longo tempo de internamento.-----  
-----Esperava que não se viesse a ter conhecimento de uma situação fatal. Aí acreditava que a autarquia interviesse. -----  
-----As questões de segurança rodoviária no Concelho e em particular na freguesia do Castelo, não se colocavam apenas naquela situação. Outras mais deveriam ser acauteladas, nomeadamente os passeios.  
-----No circuito Carrasqueira/Venda-Nova/Charneca da Cotovia, não existiam passeios. Existiam bermas em mau estado. Ainda hoje não percebia a intervenção na EN na Venda Nova, junto ao

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Continente, na qual ou por esquecimento ou por estratégia, não fora feito um passeio, sendo que as pessoas que iam a pé ao Continente, andavam nas bermas, apenas separadas da EN por um traço contínuo. -----

-----Concluiu dizendo que deixava aquelas preocupações na expectativa de que as mesmas viessem a ser atendidas num curto prazo. E, enquanto munícipe interessada na resolução das mesmas, disponibilizava-se para trabalhar na situação. -----

-----Cedido o uso da palavra ao **Presidente da CMS, Augusto Pólvora**, este iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e respondendo à munícipe disse que a situação não era nova e não era a única munícipe a colocar a situação. A CMS e a Junta de Freguesia do Castelo já haviam recebido, no passado, pedidos de ajuda de vários municípios relativamente à matéria, e ambos os órgãos haviam dirigido cartas à Estradas de Portugal e a resposta que recebiam era de que não consideravam adequada a colocação de passadeira naquele local porque era perigoso sendo fora da localidade e nem colocavam nem deixavam colocar. -----

-----Tratava-se de uma estrada nacional, sendo que a CMS podia ir lá pintar a passadeira mas depois sujeitava-se à penalização respetiva. De facto era difícil de entender esta atitude da Estradas de Portugal. Provavelmente uma posição da AMS poderia ajudar a resolver a matéria se bem que era verdade que ao ser colocada uma passadeira sem semáforos podia comportar algum risco porque a pessoa pensava que podia atravessar em segurança e poder ser pior do que atravessar a correr quando tinha a certeza que não vinha carros. Na sua opinião justificaria ter uma passadeira naquele local com semáforos porque era um local onde as viaturas vinham com mais velocidade do que se fosse no meio urbano. A CMS poderia continuar a insistir mas tinha dúvidas numa resposta positiva. -----

-----**A Presidente da AMS** pegando nas palavras do Presidente da CMS disse à munícipe que se pretendesse que a AMS intercedesse junto da Estradas de Portugal, fizesse um pedido à AMS nesse sentido. -----

-----Findas as intervenções, a Presidente da Assembleia prosseguiu com a reunião, dando início ao **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”**-----

-----Lembrou, como tinha sido deliberado no início da reunião, que a Ordem de Trabalhos da presente reunião comportava um conjunto de eleições de representantes da AMS para diversas estruturas e entidades. -----

-----Por uma questão de metodologia, as votações seriam feitas em 3 momentos, o 1º dizia respeito às eleições que envolviam os Presidentes de Junta de Freguesia, o 2º momento era respeitante à eleição



## Assembleia Municipal de Sesimbra

dos representantes da AMS nas diversas entidades, e por último a constituição das comissões com a indicação do n.º de representantes de cada Grupo Municipal e depois a eleição dos coordenadores.-----

-----Procedeu de seguida à "**Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para Delegado ao Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses, bem como do seu substituto**", tendo sido distribuídos os boletins de voto, para a eleição, por escrutínio secreto.-----

-----Recolhidos os boletins de voto, constatou-se a entrada na urna de 22 boletins, correspondente ao número de Membros presentes, após o que, verificados os mesmos, se apurou o seguinte resultado: 22 votos expressos no Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus, para Delegado ao Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses, e 21 votos expressos no Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Victor Ribeiro Antunes, e um voto expresso na Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida Almeida da Cruz Narciso, para Substituto do Delegado ao Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

-----**Nesta conformidade, ficou designado como Delegado ao Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus, e como substituto o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Victor Ribeiro Antunes.** -----

-----Encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos, a **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ponto 2 "**Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para Integrar a Assembleia Distrital de Setúbal**", passando-se, em seguida, à distribuição dos boletins de voto pelos Membros presentes, para a eleição, por escrutínio secreto.-----

-----Recolhidos os boletins de voto, verificou-se a entrada de 22 boletins na urna, correspondente ao número de Membros presentes, após o que, contados os mesmos, se apurou o seguinte resultado: 22 votos expressos no Deputado Victor Ribeiro Antunes. -----

-----**Nesta conformidade, foi eleito para integrar a Assembleia Distrital de Setúbal o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Victor Ribeiro Antunes.**-----

-----Encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ponto 3 "**Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra incêndios de Sesimbra.**-----

-----Distribuídos os boletins de voto, para a eleição, por escrutínio secreto, passou-se depois à recolha dos mesmos, tendo-se verificado a entrada na urna de 22 boletins, correspondente ao número de Membros presentes. Contados os boletins, apurou-se o seguinte resultado: 22 votos expressos no

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus. -----

-----**Nesta conformidade, foi eleito para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Sesimbra, o Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus.**-----

-----Encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos, a **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ponto 4 **“Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia em Representação das Freguesias, no Conselho Municipal de Educação”**, passando-se à distribuição dos boletins de voto, para a eleição, por escrutínio secreto, pelos Membros presentes.-----

-----Recolhidos os boletins de voto, verificou-se a entrada na urna de 22 boletins, correspondente ao número de Membros presentes, após o que, contados os mesmos, se apurou o seguinte resultado: 22 votos expressos na Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida Almeida da Cruz Narciso.-----

-----**Nesta conformidade, foi eleita a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida Almeida da Cruz Narciso, em representação das Freguesias, no Conselho Municipal de Educação.**-----

-----Encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos, a **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ponto 5 **“Eleição de um Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal”**, passando-se a distribuir os boletins de voto pelos Membros presentes, para a eleição, por escrutínio secreto.-----

-----Em seguida, procedeu-se à recolha dos boletins de voto, tendo-se verificado a entrada na urna de 22 boletins de voto, correspondente ao número de Membros presentes.-----

-----**Após a contagem dos mesmos, verificou-se o seguinte resultado: 22 votos expressos no Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus, tendo, assim, sido eleito para integrar o Conselho Cinegético Municipal.**-----

-----Foi, em seguida, iniciado o ponto 6 da Ordem de Trabalhos **“Indicação de um Elemento a integrar a Comissão Municipal de Sesimbra – Instalação e modificação de estabelecimentos de comércio (Lei N.º 12/2004, de 30 de Março)”**.-----

-----Distribuídos os boletins de voto e recolhidos os mesmos verificou-se a entrada na urna de 22 boletins, correspondente ao número de Membros presentes. Após a contagem dos mesmos, verificou-se 20 votos expressos na Deputada Maria José da Cruz Vieira Borges, 1 voto em Rui João Graça Rodrigues e 1 voto em branco.-----



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Ficou assim eleita a Deputada Maria José da Cruz Vieira Borges, para, nos termos da alínea b) do n.º 4 da Lei n.º 12/2004, de 30 de Março, integrar a Comissão Municipal de Sesimbra. -----

----- Prosseguindo os trabalhos foi dado início ao ponto 7 da Ordem de Trabalhos “**Designação de 4 cidadãos eleitores para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens**” -----

----- Após distribuição dos boletins de voto com a lista dos cidadãos proposta pela Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, verificou-se a entrada na urna de 22 votos, correspondentes ao nº de presenças, tendo-se verificado 22 votos expressos no sim e por conseguinte a designação dos seguintes Cidadãos Eleitores para integrarem a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens: **Tiago José dos Santos Silva Aragão, Ida Carvalho, Conceição Nero Gonçalves e Genoveva da Purificação.**

----- Encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos, a **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ponto 8 “**Eleição de Representante para Integrar a Comissão Municipal de Trânsito e Transportes.**”-----

----- Distribuídos os boletins de voto, para a eleição, por escrutínio secreto, passou-se, depois, à recolha dos mesmos, tendo-se verificado a entrada na urna de 22 boletins, correspondente ao número de Membros presentes. -----

----- Contados os boletins, apurou-se o seguinte resultado: **19 votos expressos no Deputado Municipal Manuel José Cardoso Alves Pereira, 1 voto em Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz e 2 votos em branco, ficando, assim, eleito representante da AMS para integrar a Comissão Municipal de Trânsito e Transportes, o Deputado Manuel José Cardoso Alves Pereira.**-----

----- Continuando os trabalhos, a **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ponto 9 “**Eleição de um Representante no Conselho Consultivo do Observatório da Água - AMRS**”. -----

----- Distribuídos os boletins de voto, para a eleição, por escrutínio secreto, passou-se, depois, à recolha dos mesmos, tendo-se verificado a entrada na urna de 22 boletins, correspondente ao número de Membros presentes. -----

----- Contados os boletins, apurou-se o seguinte resultado: **19 votos expressos no Deputado Francisco Manuel Soares Cordeiro, 1 voto expresso em Maria Helena Santos Cancela Cordeiro, 1 voto em Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro, e 1 voto em branco, ficando, assim, eleito para representante da AMS no Conselho Consultivo do Observatório da Água, o Deputado Francisco Manuel Soares Cordeiro.**

----- Encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos, a **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ponto 10 “**Revisão do PDM de Sesimbra – Eleição do Representante da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo Municipal**”.-----

----- Distribuídos os boletins de voto para a eleição, por escrutínio secreto, passou-se depois à recolha

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

dos mesmos, tendo-se verificado a entrada na urna de 22 boletins, correspondente ao número de Membros presentes.-----

-----**Contados os boletins, apurou-se o seguinte resultado: 20 votos expressos no Deputado Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro, 1 voto em Manuel José Cardoso Alves Pereira e 1 voto em branco, ficando, assim eleito representante da Assembleia Municipal de Sesimbra no Conselho Consultivo Municipal - Revisão do PDM de Sesimbra, o Deputado Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro.**-----

-----Continuando os trabalhos, a **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ponto 11 **“Designação do Representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Sesimbra”**, passando-se à distribuição dos boletins de voto, para a eleição, por escrutínio secreto, pelos Membros presentes.-----

----- **Recolhidos os boletins de voto, verificou-se a entrada na urna de 22 boletins, correspondente ao número de Membros presentes, após o que, contados os mesmos, se apurou o seguinte resultado: 21 votos expressos na Deputada Joaquina Odete Martins da Graça e um voto em Joana Maria Brás de Oliveira Alarcão Bastos, ficando assim eleita para Representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Sesimbra, a Presidente da Assembleia Municipal, Joaquina Odete Martins da Graça.**-----

-----A seguir deu início ao ponto 12. **“Composição das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal”**, informando que a Comissão “1” tinha a sua composição definida no nº 1 do artigo 67º Regimento da AMS: *“ A Comissão de Líderes dos Grupos Municipais é o órgão consultivo da Presidente, que a ela preside, e é constituída pelos Líderes de todos os Grupos Municipais e pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, sendo que estes últimos não têm direito a voto.”*-----

-----A composição das restantes Comissões tinha que ser aprovada pelo plenário.-----

-----Após distribuição dos boletins de voto com a proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais para a composição numérica das Comissões, verificou-se a entrada na urna de 22 votos, correspondentes ao nº de presenças, tendo-se verificado 22 votos expressos no sim. Nesta conformidade foi aprovada a composição numérica das Comissões proposta pela Comissão “1”. De seguida os Líderes dos Grupos Municipais indicaram os Deputados para integrarem as Comissões, as quais ficaram com a seguinte composição: -----

-----**“Comissão “2” – Planeamento Urbanístico, Ambiente e Ordenamento do Território – 9 elementos, 2 do Grupo Municipal da CDU (Nuno José Almeida Nabais Antunes e Tiago José dos Santos Silva Aragão), 2 do Grupo Municipal do PS (Manuel Barros Cardoso e Nelson Carlos Simplício Pólvora), 2**



## Assembleia Municipal de Sesimbra

do Grupo Municipal do PSD/CDS-PP (Joaquim José Mendes Dias e José Manuel Lobo da Silva), 2 do Grupo Municipal do MSU (Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues) e 1 do Grupo Municipal do BE (José Antonio Melo Nunes Guerra);-----

-----Comissão “3” – Sociocultural e Segurança dos Cidadãos – 9 elementos, 2 do Grupo Municipal da CDU (Rui João da Graça Rodrigues e Maria José da Cruz Vieira Borges), 2 do Grupo Municipal do PS (Ana Paula Gato Rodrigues Polido Rodrigues e Joana Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos), 2 do Grupo Municipal do PSD/CDS-PP (Joaquim José Mendes Dias e José Manuel Lobo da Silva), 2 do Grupo Municipal do MSU (Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues) e 1 do Grupo Municipal do BE (José Antonio Melo Nunes Guerra);-----

-----Comissão “4” – Planeamento Estratégico e Atividade Económica – 7 elementos, 2 do Grupo Municipal da CDU (Francisco Manuel Soares Cordeiro e Nuno José Almeida Nabais Antunes), 2 do Grupo Municipal do PS (Nelson Carlos Simplício Pólvora e Pedro Miguel dos Santos Mesquita) e 1 do Grupo Municipal do PSD/CDS-PP (Joaquim José Mendes Dias), 1 do Grupo Municipal do MSU (João Carlos Guimarães Rodrigues) e 1 do Grupo Municipal do BE (José Antonio Melo Nunes Guerra);-----

-----Comissão “5” – Finanças Municipais e Administração Autárquica – 8 elementos, 2 do Grupo Municipal da CDU (Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro e Tiago José dos Santos Silva Aragão), 2 do Grupo Municipal do PS (Pedro Miguel dos Santos Mesquita e Manuel José Cardoso Alves Pereira), 2 do Grupo Municipal do PSD/CDS-PP (Joaquim José Mendes Dias e José Manuel Lobo da Silva) e 2 do Grupo Municipal do MSU (Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues)-----

-----A seguir foi dado início ao ponto 13 **“Eleição dos Coordenadores das Comissões Permanentes”**, tendo sido distribuídos os boletins de voto, para a respetiva eleição por escrutínio secreto.-----

-----Recolhidos os boletins de voto, verificou-se o seguinte resultado:-----

-----**A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, com 18 votos expressos no Deputado Nuno José Almeida Nabais Antunes para Coordenador da Comissão “2” - Planeamento Urbanístico, Ambiente e Ordenamento do Território.** A Deputada Maria José da Cruz Vieira Borges obteve 1 voto, o Deputado José António Melo Nunes Guerra obteve 1 voto e verificaram-se ainda 2 votos em branco-----

-----**Elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, com 21 votos expressos, o Deputado Rui João Graça Rodrigues, para Coordenador da Comissão “3” – Sociocultural e Segurança dos Cidadãos.** A Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida Almeida da Cruz Narciso obteve 1 voto. ---

-----**Elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, com 21 votos expressos, o Deputado Joaquim José**

Ata nº 2 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

**Mendes Dias, para Coordenador da Comissão “4” – Planeamento Estratégico e Atividade Económica.** O

Deputado Alain Monteiro Grenho obteve 1 voto. -----

-----**Elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, com 20 votos expressos, o Deputado Pedro Miguel dos Santos Mesquita, para Coordenador da Comissão “5” - Finanças Municipais e Administração Autárquica.** A Deputada Carmen Dolores Mártires Marcelino obteve 1 voto, verificou-se ainda 1 voto em branco. -----

-----Findas as votações, a Presidente da Assembleia felicitou todos os eleitos com o desejo de que a representatividade da Assembleia nos diversos órgãos e entidades fosse empenhada e a favor dos interesses do concelho de Sesimbra. Desejou um bom trabalho a todas as Comissões e um contributo importante para o bom funcionamento da AMS. -----

-----Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o **“Período da Ordem de Trabalhos”**, e foi por consenso, dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----Seguidamente, a **Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que a segunda reunião da sessão seria realizada dia 28 de novembro com início às 21h00.-----

-----Declarou encerrada a reunião era uma hora e quinze minutos. -----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----